

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Directora*VICTORIO BHERING CABRAL — *Consultor*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo**Economia - Brasil*
Nau dos Loucos

Quando o *overnight* rompeu na quarta-feira a barreira dos 100% ao mês, juntamente com um salto equivalente do dólar no mercado paralelo, a consciência nacional teve novo sobressalto, como se estivesse ouvindo uma sineta de advertência para o perigo da hiperinflação que anda dando o ar de sua presença.

Os ruídos da hiperinflação não cessam de soar. Mas com o pretexto de que se está em final de governo, e de que seria de bom alvitre jogar para o próximo governo qualquer medida saneadora, o Brasil parece mergulhado num sono anestésico que a qualquer momento pode se transformar em pesadelo.

Há economistas que não cessam de advertir que o Banco Central tem autonomia para reverter a aceleração inflacionária neste final de governo. No entanto, não é só Banco Central, mas todos os outros setores governamentais que se colocam numa posição de quem resolveu ficar vendo a banda passar, sem interferir. O governo assume um certo imobilismo em relação à inflação, e alguns de seus membros se dão ao luxo de jogar gasolina na fogueira, como aconteceu com os burocratas que determinaram aumento de 500% nas tarifas telefônicas, sem ao menos consultar o ministro das Comunicações, que reagiu na hora, ao saber da notícia pelos jornais, mandando anular a portaria.

As pessoas não gostam da inflação, segundo dizem, mas governo, empresários e economistas parecem resignados com a situação. O governo, maior responsável pela economia, não pode continuar de braços cruzados. Cabe-lhe tomar iniciativas, usando todos os instrumentos disponíveis para barrar a inflação, até o último dia de seu mandato. Se não, estará admitindo que a hiperinflação é inevitável.

O governo insiste em que nada pretende fazer para reduzir o déficit. E a sociedade, que deveria ter condições de reverter o quadro, está dividida porque existem segmentos que lucram com a inflação. Estes segmentos, calcados em privilégios, ga-

nam o que podem e o que não podem. Mas a inflação galopante não cessa de deteriorar os valores mentais, éticos e políticos da nação. A hiperinflação, para os que ainda não se deram conta, é uma experiência social devastadora. As instituições se despedaçam e a cidadania fica exposta à violência dos aumentos horários de preços. Uma simples compra de alimento se torna uma provação psicológica.

Por isso, conforme observou um especialista do Instituto Fernand Braudel, os governos, quando são fracos, arriscam-se à hiperinflação porque é mais fácil recorrer aos gastos inflacionários e assim impor sacrifícios indiretos. A inflação é uma forma de imposto que mesmo o governo mais fraco pode impor, quando não pode impor mais nada.

Para evitar a inflação, isto é, para adotar sinceramente o gesto de combatê-la sem subterfúgios, seria preciso reformular o Estado brasileiro, enxugando-o para fortalecê-lo. É exatamente isso que não querem os privilegiados que se aproveitam de cada ponto percentual para encher os bolsos às custas do resto da sociedade.

Criaram-se sempre cada vez mais subsídios que tinham razão de ser no momento de sua criação, mas agora deixaram de ter. Simultaneamente, para gerar os programas dos subsídios, surgiram órgãos e uma burocracia que agora representam os interesses privados dentro do Estado e, de quebra, aferram-se com unhas e dentes às posições conquistadas. Hoje, como sabem os economistas, ou deveriam saber, dois terços do preço final de um produto são formados por expectativas, chamadas de juros ou de outros nomes.

Como o barco estatal navega sem rumo, o barco dos interesses particulares navega no rumo desconhecido. O governo deve, sim, tomar a iniciativa de pôr um pouco de ordem neste mar revolto. É sua função institucional. Já que não conseguiu congelar os preços com três pacotes, é seu dever pelo menos tentar congelar a loucura daqueles que em ritmo febril estão espremendo as últimas gotas dos privilégios cartoriais até o dia 15 de março.